



## O jornal paraguaio “La Tribuna” e sua oposição ao regime cívico-militar de Alfredo Stroessner (1978-1983)

PAULO ALVES PEREIRA JÚNIOR\*

Uma das funções da imprensa escrita é repercutir o posicionamento de determinados grupos políticos ou econômicos através de uma estrutura industrial-tecnológica que se proclama como detentora de uma suposta verdade (MARCONDES FILHO, 1986, p. 11) e que se preocupa com os interesses ideológicos e com as exigências do lucro (BAHIA, 1971, p. 39). Determinados veículos de comunicação desenvolveram um papel orientador, ao apoiarem uma facção política, uma função informativa, refletindo em sua linha editorial acontecimentos que favoreciam o ideário de seus editores/proprietários, e uma postura crítica a um governo, estimulando mudanças de comportamento por parte do Executivo (PIERCE, 1982, p. 296-313).

Os elementos expostos caracterizam a trajetória do jornal paraguaio *La Tribuna*. Fundado em 31 de dezembro de 1925 por Eduardo Schaerer e seus aliados políticos, o periódico teve a função de ser porta-voz da ala conservadora do Partido Liberal (ORUÉ POZZO; FALABELLA; FOGUEL, 2016, p. 157) e manifestou os anseios de grandes proprietários de terras no país e de comerciantes residentes em Assunção (COLMÁN, 2016, p. 24). Na segunda metade da década de 1940, a maioria dos meios impressos paraguaios tornou-se independente dos partidos políticos e voltou-se à dependência mercadológica, convertendo a notícia em uma mercadoria e utilizando-se da objetividade como estratégia narrativa (ORUÉ POZZO, 2007, p. 184-185). Nesse período, Arturo Schaerer – filho de Eduardo – assumiu a direção de *La Tribuna* e a transformou em um veículo independente, dando mais destaques às notícias internacionais e ignorando as discussões políticas nacionais (COLMÁN, 2016, p. 28).

Em 1954, Alfredo Stroessner ascendeu à presidência após uma quartelada que depôs Federico Cháves, mantendo-se no poder ininterruptamente até 1989 por meio de eleições fraudulentas. Seu governo desenvolveu uma estrutura repressiva – que perseguiu, torturou e exilou muitos opositores do regime – e um sistema clientelista que garantiu o

---

\* Bacharel em História – América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Mestrando em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo: 2016/13601-0).

apoio de setores civis e militares, criou leis que visavam impedir as críticas da imprensa e da população e permitiu que determinados partidos políticos participassem do processo eleitoral no país. A longevidade desse regime é explicada por certos autores (LEWIS, 1986; CÁRTER, 1991; ARDITI, 1992; MIRANDA, 1992) pela sua capacidade em utilizar-se da habilidade do Partido Colorado em mobilizar a sociedade, do poder das Forças Armadas e da figura de Stroessner.

*La Tribuna* foi o principal órgão da grande imprensa paraguaia até 1967, quando apareceu no mercado jornalístico o diário *ABC Color*, que apresentou um formato técnico moderno. Por conta da concorrência, *La Tribuna* anunciou no final de 1977 uma pausa em seu funcionamento, comprometendo-se a voltar com uma nova tecnologia. O diário retornou no ano seguinte, sob a propriedade de Oscar Paciello, um conhecido advogado e membro do Partido Colorado. Nessa gestão, o jornal apresentou um conteúdo mais crítico, comprometeu-se em construir um novo país, defendeu a liberdade e os direitos humanos, condenou o Estado autoritário e cedeu um espaço para as agremiações políticas contrárias ao regime. Suas críticas ao governo e a divulgação de alternativas políticas e econômicas para o Paraguai incomodou a presidência de Stroessner que suspendeu sua circulação e impressão entre junho e julho de 1979. Ao retornar, a gazeta manteve suas opiniões contrárias ao regime.

Os responsáveis por *La Tribuna* decidiram implementar as técnicas de offset e aplicar nas páginas do periódico fotos coloridas. Por conta dessa decisão, a empresa jornalística novamente interrompeu sua comercialização e impressão entre outubro de 1980 e fevereiro de 1981. No ano seguinte, o diário teve sua quantidade de páginas reduzida e grande parte de empresas e comércios deixaram de anunciar no veículo. Somado a isso, o periódico enfrentou uma escassa circulação por conta do aparecimento de novos jornais. Problemas em sua administração financeira fizeram com que *La Tribuna* encerrasse suas portas definitivamente em 24 de setembro de 1983, após cinco décadas de atuação no cenário nacional. Suas instalações foram vendidas ao empresário Nicolás Bo que em junho do ano seguinte lançou o diário *Noticias*.

Através de reportagens, de artigos opinativos e de editoriais analisaremos o papel opositor de *La Tribuna* ao governo do general Alfredo Stroessner a partir do âmbito

político-partidário e socioeconômico. Dessa forma, discutiremos a postura do diário frente à formação e ao desenvolvimento do Acordo Nacional e à cobrança do tributo energético. Nossa hipótese é que o jornal, ao abordar esses assuntos, criticou o regime de Stroessner e apresentou ao seu público-leitor a atuação dos políticos opositores ao governo e a má gestão dos órgãos estatais.

As edições de *La Tribuna* consultadas estão disponíveis na hemeroteca “Carlos Antonio López” da Biblioteca Nacional do Paraguai. Apresentaremos nesse texto os primeiros resultados da dissertação de mestrado em andamento, intitulada “O arauto de uma nova alvorada no Paraguai: ideologia e política em *La Tribuna* (1978-1983)”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

### ***La Tribuna* e o Acordo Nacional no Paraguai**

Criados em 1887, o Partido Colorado e o Partido Liberal (PL) foram as únicas agremiações políticas ativas no Paraguai até 1928, quando foi fundado o Partido Comunista Paraguaio (PCP). Em 1951 surgiu o Partido Revolucionário Febrerista (PRF), formado por trabalhadores, líderes sindicais e intelectuais (CÉSPEDES RUFFINELLI, 2013, p. 61-65). Oito anos depois, um grupo democratizante dentro do Partido Colorado que se opôs ao governo de Alfredo Stroessner criou o Movimento Popular Colorado (MOPOCO) (CANO RADIL, 2014, p. 57-67). Na década seguinte, católicos preocupados com a conjuntura sociopolítica do país fundaram o Partido Democrata Cristão (PDC) (LEWIS, 1986, p. 405-407).

Entre 1954 e 1962, houve o predomínio do Partido Colorado na vida política do país, a proibição das atividades de outros partidos políticos e a perseguição por parte do governo aos opositores e dissidentes colorados. Com a criação do código eleitoral em 1960 – que reconheceu o PL e o PRF –, um grupo liberal decidiu participar das eleições gerais de 1963, seguido pelos febreristas em 1965 (ARDITI, 1992, p. 38-40). Devido aos conflitos internos, membros do Partido Liberal retiraram-se dessa agremiação e criaram, em 1966, o Partido Liberal Radical (PLR), reconhecido no ano seguinte pelo governo

(ABENTE, 1996, p. 256). Com a inclusão da emenda constitucional que garantiu a reeleição presidencial de Stroessner em 1977, um setor majoritário do PLR formou, no ano seguinte, o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) (JARA GOIRIS, 2000, p. 68).

Dessa forma, houve uma divisão entre os partidos políticos: os reconhecidos que participaram das eleições (PL, PLR), o reconhecido que se absteve do processo eleitoral (PRF), os tolerados pelo regime (PDC, PLRA) e os proibidos pelo governo de Stroessner (PCP, MOPOCO). A oposição “lícita” foi impedida pelo Partido Colorado e pelo Poder Executivo de incidir profundamente no âmbito político-legal, uma vez que poderia opinar, mas era impedida do poder de decisão. Já a oposição “ilegal” foi reprimida pelos aparelhos do regime através de recursos constitucionais que proibiram suas ações (ARDITI, 1992, p. 40-42).

Em 1978 iniciaram as articulações para a criação de uma nucleação pluripartidária que reunisse membros do MOPOCO, PRF, PDC, PLR e do PLRA, resultando na criação, no ano seguinte, do Acordo Nacional (ARDITI, 1992, p. 40-41). Caracterizados pela presidência de Stroessner como subversivos, os integrantes dessa coligação político-partidária foram reprimidos, através de prisões arbitrárias, e suas atividades opositoras foram desmobilizadas (JARA GOIRIS, 2000, p. 74-78).

Os partidos políticos opositores ao governo divulgaram ao público, em 04 de janeiro de 1979, o programa do Acordo Nacional e se comprometeram a instalar um regime democrático que defendesse os direitos humanos e garantisse a liberdade (LA TRIBUNA, 05/01/1979, p. 03). *La Tribuna* deu destaque ao evento ao entrevistar os políticos presentes: Domingo Laíno (PLRA), Alarico Quiñónez Cabral (PRF) e Aníbal Recalde Sosa (PDC). O respeito aos direitos humanos, a necessidade de se instalar a democracia no país e a condenação dos atos do governo foram alguns dos temas existentes nas falas dos entrevistados. O diário não dedicou um editorial que discutiu o Acordo Nacional, porém reagiu com entusiasmo à notícia da conformação da nucleação pluripartidária, uma vez que destinou um espaço para informar seu público-leitor sobre o acontecimento e publicar entrevistas com políticos opositores ao regime de Stroessner.

No mês seguinte, os representantes dos partidos políticos que formavam o Acordo Nacional reuniram-se para assinar os documentos referentes à criação da coligação. Entretanto, esse ato público foi suspenso pelos membros da Polícia Central da Capital (LA TRIBUNA, 02/02/1979, p. 02). Ante o ocorrido, os responsáveis pelas agremiações classificaram a decisão do regime como ilegal e declararam que haviam denunciado esse ato à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (LA TRIBUNA, 03/02/1979, p. 02). Por conta da proibição governamental, os líderes dos partidos vinculados ao Acordo Nacional anteciparam, para 03 de fevereiro, a assinatura do documento que regulamentou as atividades da nucleação pluripartidária. *La Tribuna* informou sobre o evento e entrevistou alguns políticos, que reiteraram o compromisso em lutar pela democratização nacional e criticaram o regime de Stroessner (LA TRIBUNA, 04/02/1979, p. 02).

Oscar Paciello e Juan Andrés Cardozo – um dos principais colaboradores do diário e secretário de redação – escreveram dois artigos sobre a importância do diálogo no processo político paraguaio. Paciello ressaltou a necessidade de se estabelecer um diálogo nacional que debatesse os princípios de liberdade e de democracia (PACIELLO, 19/02/1979, p. 10). Por sua vez, Cardozo destacou a importância de desenvolver o diálogo político no país para a formação de uma nação coesa e apontou que isso só seria possível se o interlocutor aceitasse as ideais do outro. Para ele, um local onde não havia diálogo crítico estabeleciam-se condições para a opressão (CARDOZO, 20/02/1979, p. 10).

Apesar de os textos não citarem diretamente o Acordo Nacional, as reflexões expostas sobre a necessidade da discussão acerca da democracia e da liberdade foram alguns princípios defendidos tanto pela nucleação pluripartidária, quanto por Paciello e Cardozo. Dessa forma, os responsáveis por *La Tribuna* simpatizavam com tal grupo e apoiavam seu ideário. Quando Cardozo destacou que a ausência do diálogo provocaria ações arbitrárias referiu-se à proibição, por parte das forças policiais, do evento que oficializou a coligação. Tal postura é perceptível através da cobertura do diário sobre a prisão de Domingo Laíno e os debates em torno da mudança do estatuto eleitoral.

Entre 15 de setembro e 21 de dezembro de 1979, Domingo Laíno foi aprisionado pela polícia paraguaia, acusado de afirmar que o presidente brasileiro, João Figueiredo,

teria se negado a receber Alfredo Stroessner nas instalações da Usina Hidroelétrica de Itaipu. A cobertura do caso por *La Tribuna* foi intensa e ganhou um amplo destaque no veículo, que publicou diariamente informações e entrevistas de políticos, funcionários estatais, embaixadores e dos advogados de Laíno. Ao divulgar depoimentos que denunciaram a repressão governamental a um integrante do Acordo Nacional, o jornal manifestou sua crítica ao regime e defendeu os mesmos princípios que a nucleação pluripartidária: o respeito à liberdade e aos direitos humanos.

De acordo com o seu programa, o Acordo Nacional criticou a lei eleitoral no país, sobretudo em relação à marginalização política a partir de critérios ideológicos, e o processo de representação no Poder Legislativo, que estabelecia dois terços das vagas no Senado e na Câmara dos Deputados ao partido com maior número de votos (JARA GOIRIS, 2000, p. 74-75). Assim como a coligação político-partidária, os responsáveis por *La Tribuna* defenderam a mudança do código eleitoral. Por essa razão, o diário destinou um amplo espaço para que membros de partidos opositores pertencentes ao Acordo Nacional externassem suas preocupações sobre a necessidade de um novo estatuto eleitoral e denunciassem as ações do Partido Colorado para enfraquecer as demais agremiações políticas. As discussões referentes ao tema ganharam destaque no diário entre dezembro de 1978 e dezembro de 1981, quando o Poder Executivo sancionou a nova lei eleitoral.

Ao longo de sua existência, o jornal publicou informações sobre as ações do Acordo Nacional e entrevistou membros de agremiações políticas ligadas à nucleação pluripartidária. O diário, ao canalizar a opinião dos políticos opositores e debater as demandas defendidas por seus responsáveis e pela coligação político-partidária, criticou determinadas atitudes do governo de Alfredo Stroessner – como as fragilidades do processo eleitoral, a prisão arbitrária de dirigentes políticos e a perseguição a instituições que se opuseram ao regime – e defendeu os princípios de liberdade e de democracia.

### ***La Tribuna* e o tributo energético no Paraguai**

A Administração Nacional de Eletricidade (ANDE) é um monopólio estatal de energia elétrica financiado pelo capital estrangeiro (BÁEZ CARÍSIMO, 1981, p. 137-

138), que se relaciona com o Poder Executivo através do Ministério de Obras Públicas e Comunicações e tem a função de projetar e construir obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Paraguai (REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 1992, p. 36-37). Na década de 1960, a Usina Hidrelétrica do Rio Acaray, localizada no departamento do Alto Paraná, começou a ser construída e foi financiada através de empréstimos de bancos nacionais e internacionais (COLMÁN, 2016, p. 40-42).

Inaugurada em 1969, a Usina de Acaray iniciou o processo de eletrificação no país e aumentou o consumo de energia elétrica (NERI FARINA, 2013, p. 137). Abaixo, a tabela correspondente ao consumo elétrico por área entre 1970 e 1980 no Paraguai, segundo os dados divulgados pelo Ministério de Planejamento de Desenvolvimento Econômico e Social. As cifras apresentadas foram calculadas em Tonelada Equivalente de Petróleo (TEP), energia obtida através do aquecimento liberado na combustão de uma tonelada de petróleo cru, sendo que 1 TEP corresponde a 11,628 megawatts por hora.

**Tabela 01: Consumo final de eletricidade por área, em milhares de TEP, entre 1970 e 1980.**

<b>Setor</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Residencial e comercial	6,75	29,84
Transporte	0,03	0,04
Indústria	8,00	32,02
Público e outros	1,23	3,80
Consumo próprio	0,46	0,49
<b>Total</b>	<b>16,47</b>	<b>66,19</b>

**Fonte:** REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 1992, p. 19.

A partir dos índices apresentados, percebemos que o consumo de energia elétrica cresceu 301% em dez anos no Paraguai. O uso de eletricidade elevou-se no setor residencial e comercial 342% e na esfera industrial 300%. Nesse período, uma seca assolou a região do Alto Paraná, causando uma crise hídrica e prejudicando a produção da Usina de Acaray. Isso fez com que o regime de Stroessner projetasse alternativas para resolver os problemas decorrentes dessa situação. Assim, ANDE – autorizada pelo Poder Executivo – aumentou o preço da eletricidade para tentar reduzir o consumo entre a

população. Essa medida entrou em vigor em 22 de junho de 1977 e teve como prazo de duração três meses. Não obstante, esse tributo foi mantido até 07 de novembro de 1979 (NERI FARINA, 2013, p. 137-138).

Apesar de o campo industrial ter sido o maior consumidor de energia elétrica no Paraguai, quem arcou com o impacto causado pelo tributo térmico foram os cidadãos. É importante destacar que grande parte do interior paraguaio não possuía energia elétrica. De acordo com o censo de 1972, dos quase dois milhões e trezentos e cinquenta e oito mil habitantes, 37,4% residiam em cidades e 62,6% em áreas rurais. No decênio seguinte, dos quase três milhões e trinta mil paraguaios, 42,8% vivam no setor urbano e 57,2% na região rural (DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS, 2004, p. 23). Dessa forma, o programa de distribuição de eletricidade no interior do país deveria desenvolver mecanismos sólidos para conseguir lograr com seu objetivo, já que houve uma acentuada aceleração no consumo de energia elétrica nas áreas urbanas em apenas um decênio.

Durante o ano de 1979, *La Tribuna* cobriu a polêmica sobre o aumento do preço da eletricidade no país e criticou os funcionários estatais responsáveis pelos órgãos do setor energético. O jornal afirmou que a implementação da tarifa térmica foi uma forma de a ANDE recolher fundos para os seus projetos de eletrificação no interior e para sanar suas dívidas financeiras com bancos internacionais (LA TRIBUNA, 06/01/1979, p. 07), informação confirmada por funcionários públicos (LA TRIBUNA, 20/01/1979, p. 06). Em editorial publicado pelo veículo, Oscar Paciello questionou a justificativa oficial de que a escassez de chuva no Alto Paraná seria a responsável pelo tributo energético e denunciou que os estudos técnicos sobre essa situação eram desconhecidos (PACIELLO, 07/01/1979, p. 10).

Ao investigar a comercialização de energia elétrica entre o Paraguai e seus vizinhos, *La Tribuna* assegurou que Argentina e Brasil compravam eletricidade paraguaia a um valor abaixo do mercado – resultando no esvaziamento da Usina de Acaray e, conseqüentemente, na manutenção do tributo térmico –, questionou o fato de os paraguaios terem que pagar a taxa energética (LA TRIBUNA, 15/02/1979, p. 06), denunciou a contradição das informações divulgados pela ANDE (LA TRIBUNA,

20/02/1979, p. 06) e apontou a possibilidade de racionamento de eletricidade no país (LA TRIBUNA, 22/02/1979, p. 06).

Em uma entrevista coletiva convocada pela ANDE, Enzo Debernardi – presidente do órgão estatal – foi interrogado por Bernardo Neri Farina – jornalista de *La Tribuna* – sobre um informe que seria enviado ao Poder Executivo. Debernardi não respondeu o questionamento e acusou o jornalista de ser o responsável pelas injúrias à empresa pública nos meios impressos do país (LA TRIBUNA, 12/06/1979, p. 06). Sobre o ocorrido, Neri Farina explicou que a última entrevista com Debernardi foi concluída sem respostas às indagações realizadas – sendo necessário procurar outras fontes que respondessem suas dúvidas, o que teria enfurecido o presidente da ANDE –, ressaltou que a questão sobre o tributo térmico atingia toda a sociedade paraguaia e que a imprensa possuía o compromisso de questionar os funcionários públicos e de buscar informações que explicassem a taxa elétrica (NERI FARINA, 12/06/1979, p. 06). Endossando o discurso de Neri Farina, o diário afirmou que a função da mídia era informar a população sobre a maneira como se administrava os negócios estatais (LA TRIBUNA, 12/06/1979, p. 06)

*La Tribuna* criticou o projeto de expansão de eletricidade no interior paraguaio, promovido pela ANDE (LA TRIBUNA, 25/07/1979, p. 04), e assegurou, a partir de dados oficiais, que o nível de reserva na Usina de Acaray havia se normalizado no início de 1979 e que a razão da manutenção da tarifa térmica teria sido a amortização dos empréstimos nacionais e internacionais destinados à construção da hidroelétrica e ao programa de eletrificação no interior paraguaio (LA TRIBUNA, 19/08/1979, p. 04). Em novembro de 1979, o Conselho Nacional de Coordenação Econômica anunciou a redução em termos reais do valor da energia elétrica para os consumidores residenciais e industriais (LA TRIBUNA, 11/11/1979, p. 02-03), após dois anos e meio de vigência, e a sua substituição por uma nova tarifa destinada ao consumo residencial e industrial (LA TRIBUNA, 08/11/1979, p. 07).

*La Tribuna*, em relação ao aumento do preço da energia elétrica implementado pela ANDE, rechaçou a política fiscal contracionista do regime de Alfredo Stroessner e apresentou ao seu público-leitor a má gestão dos funcionários da ANDE, que haviam

manipulado dados, ocultado informações e coagido jornalistas e meios de comunicação. O diário foi contrário ao projeto de eletrificação no interior, pois teria sido financiado pelo tributo térmico. Ao criticar a taxa elétrica, o jornal atendeu aos interesses do empresariado de Assunção, que não aceitava arcar com os programas de condução de eletricidade nas áreas rurais do país.

### **Considerações finais:**

A cautela é a postura mais adotada pelos periódicos e produz duas práticas frequentes. A autocensura é a primeira delas e consiste no fato de que um jornalista não deve incluir rumores em seus textos. A segunda maneira de se manifestar cautelosamente é através de um modelo de expressão difícil de ser compreendido momentaneamente, com o intuito de insinuar sem afirmar, fazendo com que, ao longo do tempo, seus leitores aprendam a extrair um significado desse recurso. Esse posicionamento foi utilizado nos países que tiveram governos militares, já que as empresas jornalísticas optaram por não colocar em risco sua existência ou de algum empregado (PIERCE, 1982, p. 319-321).

Essa postura foi adotada por *La Tribuna* durante a administração de Oscar Paciello. Em um editorial, o editor-proprietário do diário refletiu sobre os limites da crítica, destacando que esta deveria valorizar os acontecimentos – atentando-se ao contexto – e ser contida pela realidade dos fatos (PACIELLO, 03/02/1982, p. 05).

As notícias sobre o Acordo Nacional, a prisão de Domingo Laíno, a mudança do estatuto eleitoral e a taxa energética eram diretas e compreensíveis. Do mesmo modo eram as entrevistas com membros de partidos opositores publicadas pelo diário. A escolha de certas informações, o espaço concedido a tais acontecimentos e o fato de canalizar opiniões emitidas em certas entrevistas evidenciam o posicionamento de *La Tribuna*, que compartilhava com determinados pontos do ideário do Acordo Nacional, como o respeito aos direitos humanos e aos princípios de liberdade.

Os editoriais de Oscar Paciello e os artigos opinativos escritos por colaboradores – sobretudo os redigidos por Juan Andrés Cardozo – eram circunlóquios e apresentavam uma linguagem requintada. Não obstante, a postura político-ideológica do diário foi exposta nesses textos. Em artigos com uma crítica mais direta, como foi o caso das

publicações sobre o tributo térmico, o jornal se utilizou de informações técnicas de especialistas para corroborar com suas opiniões.

Apesar das críticas, o diário manteve uma relação amistosa com o regime de Alfredo Stroessner, já que os colorados, o presidente e os militares não foram atacados diretamente pelo diário. Uma vez que o país vivia um presidencialismo autoritário, que perseguiu opositores e censurou meios de comunicação, compreende-se o posicionamento do periódico. Dessa forma, a oposição realizada por *La Tribuna* resumiu-se em apontar os problemas político-partidários e socioeconômicos do Paraguai.

**Fontes:**

ANÁLISIS de costos de ANDE prueba que el aumento de tarifas fue innecesario. *La Tribuna*, Asunción, 15 fev. 1979. Economía, p. 06.

ANDE habría cometido errores. *La Tribuna*, Asunción, 25 jul. 1979. Economía, p. 04.

CARDOZO, Juan Andrés. Hora del dialogo nacional. *La Tribuna*, Asunción, 20 fev. 1979. Opinión, p. 10.

CRISIS pluvial no justifica aumento de tarifas. *La Tribuna*, Asunción, 20 fev. 1979. Economía, p. 06.

DEBERNARDI habló ayer acerca del sobreprecio. *La Tribuna*, Asunción, 06 jan. 1979. Economía, p. 07.

DEBERNARDI increpó a periodista. *La Tribuna*, Asunción, 12 jun. 1979. Economía, p. 06.

DENUCIAN suspensión de un acto. *La Tribuna*, Asunción, 03 fev. 1979. Política, p. 02.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS. *Paraguay. Resultados Finales Censo Nacional de Población y Viviendas*. Año 2002. Fernando de la Mora: 2004.

EL sobreprecio demuestra situación de ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 19 ago. 1979. Economía, p. 04.

EN una democracia el puesto público no implica impunidad. *La Tribuna*, Asunción, 12 jun. 1979. Economía, p. 06.

HABÍA el racionamiento de energía. *La Tribuna*, Asunción, 22 fev. 1979. Economía, p. 06.

LOS febreristas, radicales auténticos y demócratas-cristianos firmaron el “Acuerdo”. *La Tribuna*, Asunción, 05 jan. 1979. Política, p. 03.

NERI FARINA, Bernardo. La satisfacción y el orgullo de no sabernos mentirosos. *La Tribuna*, Asunción, 12 jun. 1979. Economía, p. 06.

NO se realizara el acto del “Acuerdo”. *La Tribuna*, Asunción, 02 fev. 1979. Política, p. 02.

OPOSITORES ratificaron el “Acuerdo Nacional”. *La Tribuna*, Asunción, 04 fev. 1979. Política, p. 02.

PACIELLO, Oscar. Aprender a dialogar. *La Tribuna*, Asunción, 19 fev. 1979. Editorial, p. 10.

\_\_\_\_\_. Los límites de la crítica. *La Tribuna*, Asunción, 03 fev. 1982. Editorial, p. 05.

\_\_\_\_\_. Sobreprecio y dudas. *La Tribuna*, Asunción, 07 jan. 1979. Editorial, p. 10.

REPÚBLICA DEL PARAGUAY. *Plan Nacional de Energía*. Volumen I. Secretaria Técnica de Planificación, 1992.

SIN medidas económicas de fondo. *La Tribuna*, Asunción, 11 nov. 1979. *La Tribuna Económica*, p. 02-03.

SOBREPRECIO de ANDE ligado a electrificación. *La Tribuna*, Asunción, 20 jan. 1979. Economía, p. 06.

UNA nueva tarifa sustituye al sobreprecio térmico. *La Tribuna*, Asunción, 08 nov. 1979. Economía, p. 07.

#### **Referências bibliográficas:**

ABENTE, Diego. “Un sistema de partidos en transición: El caso de Paraguay”. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (Org.). *La Construcción de instituciones democráticas. Sistemas de Partidos en América Latina*. Traducción: Fermín Donoso; David Grimsditch. Chile: Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica, 1996, p. 245-262.

ARDITI, Benjamín. *Adíos a Stroessner. La Reconstrucción de la política en el Paraguay*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 1992.

BÁEZ CARÍSIMO, Julia. “Crisis energética: su impacto en Paraguay”. *Problemas del Desarrollo, Revista Latinoamericana de Economía*. Vol. 12, No. 46, 1981, p. 113-144.

BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo: Editora Martins, 1971.

CANO RADIL, Bernadino. *El Partido Colorado y Alfredo Stroessner*. Asunción: El Lector, 2014.

CÁRTER, Miguel. *El papel de la Iglesia en la caída de Stroessner*. Asunción: RP, 1991.

CÉSPEDES RUFFINELLI, Roberto. *El Febrerismo: del movimiento al partido 1936-1951*. Asunción: Arandurã Editorial, 2013.

COLMÁN, Emilio Alapanian. *Identidades em confronto: imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

JARA GOIRIS, Fábio Anibal. *Autoritarismo e democracia no Paraguai Contemporâneo*. Curitiba - PR: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2000.

LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. Traducción: María T. Góngora Barba. México: FCE, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MIRANDA, Carlos R. *Paraguay y la Era de Stroessner*. Asunción: RP Ediciones, 1992.

NERI FARINA, Bernardo. *El Último Supremo: La Crónica de Alfredo Stroessner*. Asunción: El Lector, 2003.

ORUÉ POZZO, Aníbal; FALABELLA, Florencia; FOGUEL, Ramón. *Género y dictadura en Paraguay. Los primeros años del stronismo: El caso de los 108*. Asunción: Editorial Arandurã, 2016.

ORUÉ POZZO, Aníbal. *Periodismo en Paraguay: estudios e interpretaciones*. Asunción: Arandurã Editorial, 2007.

PIERCE, Robert N. *Libertad de expresión en América Latina*. Traducción: Lidia Porta. Barcelona: Editorial Mitre, 1982.